

Continuação...

6. ESTOQUES

	2021	2020
Drogas e Medicamentos	356.606	387.890
Dietas Enterais e Parenterais	30.583	19.323
Fios Cirúrgicos	24.522	22.493
Filmes e Químicos	766	3.600
Materiais de uso do paciente	373.831	421.955
Produtos de Limpeza	36.962	30.959
Materiais de Laboratório	124.889	132.803
Demais materiais	186.481	170.888
	1.134.640	1.189.911

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL: Imobilizado contrato de Gestão com recursos investimento

	Médicos e Cirúrgicos Aparelhos 10%	Equip. Inform. Cirúrgicos 20%	Instr. Cirúrgicos 10%	Maquinas e Móveis e Equip. Utensílios 10%	Móveis e Equip. Hospital. em andam. 10%	Equip. Construções 10%	Benfeit. 10%	Total
Saldo em 31/12/2020								
Saldo inicial	376.331	60.358	47.693	258.531	194.966	37.221	950.163	2.183.831
Adições	-	1.482	-	1.963	-	-	32.175	35.620
Depreciação	(50.707)	(24.958)	(6.764)	(30.478)	(22.499)	(4.337)	(8.750)	(148.313)
Saldo final	325.624	36.882	40.929	230.016	172.467	32.884	982.338	2.071.138
Saldo em 31/12/2021								
Saldo inicial	325.624	36.882	40.929	230.016	172.467	32.884	982.338	2.071.138
Transferências	-	-	-	-	-	-	(982.338)	982.338
Depreciação	(50.706)	(24.958)	(6.764)	(30.517)	(22.499)	(4.337)	-	(159.153)
Saldo final	274.918	11.924	34.165	199.499	149.968	28.547	-1.212.784	1.911.985

Imobilizado e intangível próprio

	Equipamento Informática 20%	Direito de Uso 10%	Total
Em 31 de dezembro de 2020			
Saldo Inicial	5.437	113.043	118.480
Depreciação	(4.003)	(82.681)	(86.684)
Saldo Final	1.434	30.362	31.796
Em 31 de dezembro de 2021			
Saldo Inicial	1.434	30.362	31.796
Depreciação	(1.434)	(30.362)	(31.796)
Saldo Final	-	-	-

8. PARTES RELACIONADAS: O montante a receber de R\$ 10.916 (R\$ 26.195 em 2020), refere-se a recursos a receber de hospitais relacionados sob a mesma gestão, por serviços laboratoriais prestados. O saldo a pagar de R\$ 141.131 (R\$ 172.500 em 2020) refere-se aos serviços da gestão a pagar.

	2021	2020
9. FORNECEDORES:		
Materiais e medicamentos	446.408	277.306
Serviços pessoa jurídica	648.790	385.850
Serviços médicos	1.086.619	932.680
Diversos	83.287	15.657
	2.265.104	1.611.493

	2021	2020
10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS:		
Obrigações trabalhistas	721.023	737.647
Provisão férias	1.073.320	1.026.934
Provisões FGTS s/férias	85.598	81.893
	1.879.941	1.846.474

	2021	2020
11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS:		
INSS a recolher	79.998	81.182
FGTS a recolher	107.611	109.005
IRRF s/ folha a recolher	113.420	116.438
Contr. Sindical	555	602
	301.584	307.227

12. RECEITAS DIFERIDAS: Em 2021, nenhum montante foi utilizado para adquirir ativos. O montante demonstrado no grupo de receita diferida em 31/12/2021, refere-se à entrada do imobilizado com o contrato de gestão no hospital, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:

	2021	2020
Imobilizado - Contrato de Gestão	2.567.491	2.567.491
Total investido em Ativo	2.567.491	2.567.491

(-) Depreciação / Amortiz. Acum. (655.506) (496.353)

13. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E DEPOSITOS JUDICIAIS: A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas. A Administração julga não ser necessário a provisão para demandas judiciais. Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

	2021	2020
Cível	105.000	105.000
Trabalhista	160.500	818.243
	260.500	923.243

Em 2021, a Entidade possuía R\$28.560 em depósitos judiciais para discussão dos processos em andamento.

14. PATRIMÔNIO SOCIAL: O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit), ou deduzidos por insuficiências (déficit), dos resultados obtidos nos congressos, bem como na administração da sede da Entidade. Em 2021, houve ajustes patrimoniais relativo a baixapor pagamento de impostos de exercícios anteriores, no montante de R\$ 32.491. Houve também, a incorporação ao patrimônio social referente ao reconhecimento de obrigações com investimento, no montante de R\$ 182.207.

	2021	2020
15. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS:		
Serviços de gestão	(2.024.506)	(1.868.406)
Energia elétrica	(796.802)	(745.448)
Aluguel de máquinas	(469.567)	(413.721)
Viagens e hospedagens	(8.553)	(22.096)
Outros	(568.173)	(305.747)
	(3.867.601)	(3.355.418)

16. RENÚNCIA FISCAL: A Entidade aplica integralmente no país os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e

despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, 3 em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados e contabilizados, como se devido fosse.

	2021	2020
Cota patronal	2.400.897	2.347.561
Terceiros	696.260	680.793
RAT/SAT	240.090	234.756
Total INSS	3.337.247	3.263.110

	2021	2020
COFINS	1.262.224	1.198.597
Total	4.599.471	4.461.707

17. COBERTURA DE SEGUROS: Em 2021, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2021	2020
Aplicações financeiras	4.699.053	6.362.413
Contas a receber	1.138.227	103.228
Total ativos financeiros	5.837.280	6.465.641
Fornecedores	2.265.104	1.611.493
Total passivos financeiros	2.265.104	1.611.493

19. GESTÃO DE RISCOS: Risco de liquidez As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **Risco de operacional** Os riscos decorrentes de pandemias de saúde, atualmente provocadas pela COVID-19, podem contribuir de maneira significativa para a deterioração das condições econômicas no Brasil e nos demais países intensamente afetados, e poderiam trazer, entre outras consequências: (i) risco de recebimento ou atrasos no recebimento dos recursos do contrato de gestão por recessão econômica e redirecionamento de gastos do Ente Público; (ii) Aumento significativo nos custos de aquisição de insumos e materiais para tratamento e contenção da COVID-19, caso o Hospital seja eleito como ponto de referência para atendimento da doença, o que pode levar a desabastecimento e/ou necessidade de complemento de fluxos de caixa; (iii) Paralisação parcial ou completa de fornecimento de produtos e serviços, em virtude de colapso ou demanda excessiva, por tempo indeterminado; e (iv) Alto nível de exposição de funcionários, clientes, fornecedores, prestadores de serviço em relação ao contágio, possibilitando perda de capacidade de atendimento. A Administração manteve seu planejamento de atividades ao longo de 2021, relativo à preparação de sua estrutura para atender maior demanda de pacientes, executando as atividades com resguardo necessário de seus profissionais, clientes e fornecedores. A Administração acredita que o Hospital não possui risco de continuidade

operacional. No entanto, mudanças futuras que possam deteriorar o ambiente econômico, social e de saúde, podem levar a Entidade a rever suas estimativas de fluxo de caixa futuro e, eventualmente, podem requerer novas requisições de recursos e estrutura junto ao Ente Público.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES: a) Impactos da COVID-19 para 2022 A Administração da Sociedade acompanha tempestivamente e com responsabilidade as informações e orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), Ministério da Saúde e demais agências reguladoras, acerca das medidas adequadas a serem implementadas nas atividades operacionais e administrativas. A Administração optou por não realizar provisões adicionais ou contingências nessas demonstrações contábeis. Belém/PA, 14 de março de 2022.

Giovani Luis Padão Merenda - Diretor Executivo CPF: 539.924.660-00 / **Viviane da Costa Conceição** - Contadora - CRC PA -013815/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH Hospital Jean Bitar Belém - PA. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Jean Bitar, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como as principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Jean Bitar, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. • Provisões para riscos e passivos contingentes Conforme nota explicativa nº 13, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações contábeis. • Provisão ou baixa de créditos com liquidação duvidosa A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e

Continua...